



Anais da Assembléia

Nº 31

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dufio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademair Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pedres de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** – 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio – Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 022.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1994.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Djalma de Almeida César.

Às nove horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Élio Rusch, Júlio Bifon, Namir Piacentini e Nereu Alves de Moura (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 027/94.

Curitiba, 29 de março de 1994.
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 87, inciso IV, combinado com os arts. 53, inciso XI e 66, inciso IV, todos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a participar, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da consti-

Curitiba, quarta, em 30.03.94

tução de empresa para distribuição de gás canalizado.

A Constituição Estadual em seu art. 9º atribui ao Estado competência para "explorar, diretamente ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços de gás canalizado, em todo o seu território, incluindo o fornecimento direto a partir de gasodutos de transporte, de forma a atender à demanda".

No Estado do Paraná hoje encontram-se presentes as condições políticas e administrativas para a promoção do desenvolvimento dos serviços de gás canalizado.

O setor industrial paranaense necessita contar em seu processo produtivo com um combustível gasoso, sob pena de perder competitividade frente aos Estados que dispõem do gás natural canalizado.

O gás canalizado tem se configurado como um grande vetor de atratividade industrial promovendo o desenvolvimento tecnológico do setor.

A presença do gás na matriz energética do Estado do Paraná, além de promover uma melhoria das condições ambientais - por ser praticamente não poluente -, reduzirá a pressão de demanda sobre a lenha, contribuindo para a preservação florestal.

É oportuno ressaltar que são promissoras as expectativas de produção de gás a médio prazo na plataforma continental no litoral paranaense, além do fato de ter o Brasil firmado contrato com a Bolívia visando a importação de gás natural, o qual também será ofertado ao nosso Estado.

Para que seja possível a promoção da comercialização desse combustível, é necessária a organização e implantação da infra-estrutura requerida para essa atividade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado, nos termos desta lei, a participar, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da Constituição de uma sociedade de economia mista que será denominada de Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS.

§ 1º - A Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS, terá por objetivo a exploração dos serviços de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para a utilização de todo o segmento do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços

tecnológicos.

§ 2º - A empresa de que trata o "caput" deste artigo, terá personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade de economia mista, patrimônio próprio, e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

§ 3º - A Companhia Paranaense de Energia - COPEL participará com o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante, podendo integralizá-lo em dinheiro, bens ou créditos de qualquer espécie, inclusive os relativos às providências de que trata o artigo 4º desta lei.

§ 4º - Nos aumentos de capital será assegurada a percentagem mínima de participação prevista no parágrafo anterior.

§ 5º - Poderão participar do capital pessoas físicas ou jurídicas, respeitado o disposto no § 3º deste artigo.

Art. 2º - A Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - A composição, organização, atribuições, competência, normas de funcionamento e demais disposições referentes à COPAGÁS, serão definidas e detalhadas em seu Estatuto Social, observadas as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e as demais normas legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 3º - Fica outorgada à Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS, a concessão para explorar os serviços de gás canalizado em todo o território do Estado do Paraná, com exclusividade de distribuição, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

§ 1º - A vigência da concessão de que trata o "caput" deste artigo, terá início a partir da constituição da Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS, permanecendo em vigor, até então, o disposto no Decreto nº 4.695, de 20 de janeiro de 1989.

§ 2º - Os serviços a que se refere a concessão de que trata o "caput" deste artigo serão prestados de forma adequada, assegurada a justa remuneração do capital da concessionária, com observância das disposições constantes do contrato de concessão e da legislação em vigor.

Art. 4º - Fica a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, autorizada a alocar recursos humanos e materiais próprios com a finalidade de serem iniciadas as providências para a prestação dos serviços de gás canalizado a serem assumidos pela COPAGÁS, até que esta tenha condições de prestá-los por seus próprios meios.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

OFÍCIO Nº 10/94.

Curitiba, 30 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Pelo presente, comunico a Vossa Excelência que não poderei comparecer à Sessão Plenária de hoje em virtude de estar com compromisso assumido na Cidade de Ponta Grossa, onde comparecerei à inauguração da Telefonia Celular naquele Município.

Sem mais, aproveito a oportunidade para renovar votos de estima e consideração. Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

OFÍCIO Nº 013/94 - INT-GP-SS.

Curitiba, 29 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Através deste, vimos à presença de Vossa Excelência, solicitar a marcação de Sessão Solene para o dia 05 de maio de 1994, às 17:00 horas, para entrega de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Pierino Gotti, conforme Lei Estadual nº 10.536, em anexo.

Certos de sua atenção ao assunto, na oportunidade apresentamos a Vossa Excelência, os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 096/94, mens. nº 024/94, de autoria do Poder Executivo, que cria na SEAB 19 cargos em comissão com simbologia DAS-5.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 095/94, Mensagem nº 023/94, de autoria do Poder Executivo, que altera a denominação de cargos em comissão de assistente Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 590

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 094/94, Mensagem n° 022/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe doação ao Município de Maringá terras que especifica.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 097/94, Mensagem n° 025/94, de autoria do Poder Executivo, que cria 15 cargos em comissão no Colégio Estadual do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Resolução n° 003/93, item n° 22 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque para a discussão e votação das Proposições n°s 101, 102, 103, 106, 114, 117, 118/93 e 005, 007, 012/94 constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 586

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, quarta, em 30.03.94

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o adiamento "sine die" de Seminário da Saúde, aprovado conforme requerimento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O motivo do adiamento se deve ao fato dos Secretários da Saúde e Administração não estarem mais no Governo na data da realização do Seminário da Saúde, sendo necessário que o novo secretariado tome conhecimento do funcionamento das respectivas secretarias para podermos discutir uma nova proposta de lei que dispõe sobre a execução de trabalho de natureza especial com risco de vida e saúde dos servidores públicos estaduais.

REQUERIMENTO N° 563

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja consignada na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações ao "Lar Infantil Marília Barbosa", sediado em Cambé, à Rua Pará, 292, pelos seus 41 anos de existência.

Fundado no dia 29 de Março do distante ano de 1953, teve como seu primeiro Presidente o Senhor Luiz Picinin.

Desde a sua fundação o Lar Infantil Marília Barbosa não afastou-se um milímetro do ideal de sua finalidade que é o de acolher e proteger a infância desvalida.

Acolhendo crianças sem rumo e desamparados, dedicou-se sempre e dedica-se hoje à formação social e profissional dos abandonados da sorte, até a idade de seu aproveitamento junto ao mercado de trabalho, orientando-os permanentemente.

Aos menores do sexo feminino conferem-lhes inclusive orientação doméstica, preparando-os para a direção de lares sólidos.

Por essa razão, cuja magnitude é invejável, que prestamos ao seu atual presidente, Senhor Hugo Gonçalves, nossas homenagens, e deste fato se lhe dê conhecimento no endereço mencionado nas primeiras linhas.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 568

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a V. Exa. voto de congratulações ao Jornal Folha de Londrina, parabenizando-o pelo Prêmio "O Mérito Lojista 93", o Oscar do Varejo Brasileiro.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) PAULO MALA

JUSTIFICATIVA:

Parabenizamos com grande satisfação esta grande empresa jornalística do Estado do Paraná e do Brasil, cujo mérito de ser eleita a melhor de sua categoria, deve-se pela opção no investimento em recursos humanos e na melhoria de qualidade para com seus eleitores.

Neste sentido, a Empresa Jornalística Folha de Londrina, através de seu Presidente, Jornalista João Milanez, desenvolve uma gestão voltada para a valorização de seu público e de seus clientes, aprimorando, principalmente a qualidade no fornecimento e na prestação de bens e serviços, antecipando-se à modernidade, tão exigida hoje, em qualquer área ou atividade empresarial.

Assim, pela importância deste trabalho, faz-se jus à Empresa Folha de Londrina este destacado prêmio nacional e a homenagem desta Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO N° 569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao 26° Congresso Nacional dos Jornalistas, a ser realizado em Curitiba, entre os dias 19 e 23 de abril do corrente ano.

O Congresso terá como tema central o slogan "Já Imaginou o País sem Imprensa?". O evento reunirá alguns dos grandes nomes do jornalismo nacional e internacional para uma série de painéis, cursos e workshops, uma profunda reflexão sobre o papel do jornalista num mundo em transformação.

O Congresso está sendo promovido pelo Sindicato dos Jornalistas do Paraná e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), o Congresso, segundo as primeiras estimativas, deverá contar com a participação de cerca de 400 profissionais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência em nome do Sindicato dos Jornalistas do Paraná e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), informações para correspondência fone (041) 224-6577.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 570

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, Sr. João Ferreira, pela iniciativa de implantar o ensino da língua polonesa para crianças e adultos na Colônia Murici naquele Município.

A medida é de grande importância para o fortalecimento da cultura daquele Município. Se todos os municípios do Estado que têm uma colônia de imigrantes, implantassem o ensino do idioma, das tradições, dos costumes do País de origem dos imigrantes teríamos um Estado onde a cultura seria algo exemplar.

A iniciativa tem total apoio do Consulado Polonês no Brasil. O Paraná é um Estado cogitado como um dos Estados que tem melhor ensino, e para aprimorar este ensino o Governador deveria apoiar a idéia do Prefeito João Ferreira e pedir o apoio aos Consulados para que em cada cidade fosse ensinado um idioma diferente.

Num País onde a miséria é uma consequência da falta de estudo, e quem fala bem um idioma pode ser considerado inteligente, quem fala mais de um idioma é muito mais inteligente.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência, em nome do Prefeito de São José dos Pinhais, Sr. João Ferreira.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Transcrição em ata da presente Sessão, de voto de Congratulações ao município de Reserva, pelo transcurso de 73° ano de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, se dê ciência à Prefeitura Municipal de Reserva e a sua Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Reserva, criado pela Lei Estadual n° 2.038, de 26.03.21, é um dos mais antigos do Estado do Paraná, fundado que foi em 1845, por José Mariano de Marins e elevado a Distrito em 20.04.1906.

Tem sua economia alicerçada no setor primário com propriedades rurais, que produzem milho, feijão, soja, arroz, trigo em grande escala. Nos últimos anos vem se desenvolvendo o gado de corte e de leite, suínos, caprinos e ovinos.

Possui em sua sede, diversos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços complementando os setores secundários e terciários.

REQUERIMENTO N° 600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, RE-

QUER, após ouvido o soberano Plenário, a consagração na ata da presente sessão de um Voto de Congratulações para com a TELEPAR, na pessoa do ilustre Presidente Luiz Alberto Martins de Oliveira, pela inauguração do Programa de Telefonia Celular em Ponta Grossa, antiga reivindicação dos Campos Gerais e mais um avanço nas telecomunicações do Paraná, em evento que ocorrerá no próximo dia 30.

Da decisão desta Casa, requer, ainda, seja dado ciência à empresa homenageada.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 611

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, Voto de Louvor, Congratulações e Muito Aplauso ao Radialista Silvio Luiz Perez Machado de Souza, da TV Bandeirantes pela maneira cortês como se refere em suas transmissões esportivas, ao povo do Paraná.

Por ocasião de suas narrativas esportivas, sempre que possível, Silvio Luiz faz menção ao povo paranaense, e em especial, aos curitibanos, de forma elegante, enaltecendo a nossa gente e incentivando a sadia prática do desporto entre a juventude.

Pedimos que estes cumprimentos sejam estendidos a toda a dinâmica equipe de esportes da TV Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e de acordo com o Art. 82, do regimento interno, que o expediente da Sessão do dia 19 de maio seja destinado à lembrança do centenário da morte do ilustre paranaense Barão do Serro Azul.

Requer, outrossim, que a Assembléia Legislativa convide o Doutor Túlio Vargas e a Professora Cecília Westphalem, bem como Fernando Fontana, bisneto do homenageado, para proferirem palestra.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO Nº 562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a determinação de uma data para entrega do Título de Cidadania Paranaense ao Prof. Sydnei de

Lima Santos, concedido através da Lei nº 8858/88.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Anibal Khury

JUSTIFICATIVA:

O Prof. Sydnei de Lima Santos vem realizando ao longo dos anos um intenso e incansável trabalho voltado para a educação, legando à sociedade importante colaboração.

Começou ministrando aulas para a Academia Militar das Agulhas Negras, para as Escolas Preparatórias de Cadetes das Forças Armadas, para a Escola de Sargentos da Aeronáutica e do Exército.

Foi professor do Colégio Militar de Curitiba, do Antigo Colégio Moisés Lupion, hoje Colégio Estadual Rio Branco, Faculdade Católica.

Criou o Colégio Tuiuti e anos depois, em 1973, culminou com a fundação das Faculdades Tuiuti que já comemoram 35 anos e contam atualmente com cerca de três mil alunos.

Ao longo de todos esses anos, o Prof. Sydnei destacou-se como um grande educador, procurado por muitos estudantes com dificuldades mormente no campo da matemática, disciplina sempre problemática na história estudantil.

Todavia, foi ela superada pelo referido mestre que aplicava métodos de ensino que possibilitavam um ótimo aprendizado a seus alunos.

Deve-se destacar que, conjuntamente com a melhoria da qualidade do ensino, com bom corpo docente e boa estruturação dos cursos ofertados pelas Faculdades das quais é fundador, o Prof. Sydnei sempre preocupou-se não apenas em dar uma capacitação técnica e profissional a seus alunos, mas sempre buscou a valorização do potencial de crescimento do ser humano, filosofia que leva em frente na sua missão educativa, pois este é um fator importante para a formação do cidadão.

Pelos seus esforços, dedicação e idealismo ao longo dos anos no campo da educação, é justo que seja entregue o título de Cidadania ao professor Sydnei de Lima Santos, título este que já foi concedido em 1988.

REQUERIMENTO Nº 560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da TELEPAR, Sr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, solicitando a implantação da telefonia celular em Ponta Grossa, o mais rápido possível.

No ano passado, foi anunciada a im-

plantação da telefonia celular em Ponta Grossa, a mesma estava prevista para o mês de agosto, só que não foi realizada. Segundo a TELEPAR, foi por motivos de ordem técnica.

Agora está sendo anunciada uma segunda implantação para o mês de abril, então solicitamos que desta vez seja para valer, e que realmente a partir de abril os pontagrossenses possam usufruir deste sistema de telefonia que está sendo implantado nas maiores cidades do Estado.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedientes aos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores José Eduardo de Andrade Vieira, Afonso Alves de Camargo Neto e José Richa, no sentido de intercederem junto ao Ministério da Justiça, para a criação de uma Vara da Justiça Federal em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Doutor Maurício Correia, Digníssimo Ministro da Justiça, reiterando o pedido de instalação de uma Vara da Justiça Federal, em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 567

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente, ao Secretário dos Transportes, Senhor Mário Pereira solicitando o reparo em um buraco que está adentrando a pista da Serra de São Luiz do Purunã, outro a 500 metros da entrada da Colônia Witmarsum, bem como a pintura de faixas e a recuperação da sinalização na estrada de Ponta Grossa- Curitiba.

Os buracos são grandes causadores de acidentes, e estes acima citados estão localizados em pontos extremos de uma rodovia muito movimentada, onde vários acidentes graves com várias vítimas já ocorreram.

As faixas dificilmente são enxergadas, no período noturno, elas deveriam servir de auxílio para os motoristas, mas isto não ocorre porque com o tempo a tinta foi

desaparecendo.

Outro motivo reivindicado é a sinalização, muitas placas estão cobertas pelo mato, outras nem mesmo existem.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 572

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente, ao Secretário dos Transportes, Senhor Mário Pereira solicitando a recuperação das ruas de Ponta Grossa, que foram danificadas pelo fato de servirem de desvio para a construção do Trevo do Posto Presidente.

O Deputado abaixo subscrito, entrou em contato com o Secretário de Obras da Cidade de Ponta Grossa, e o mesmo disse que a responsabilidade de recuperação não era da Prefeitura.

As ruas que serviram de desvio estão em situação trágica, muitos acidentes estão ocorrendo, e até mesmo um caminhão já tombou pelo fato das ruas estarem intranstitáveis.

A destruição é efeito dos caminhões pesados que por ali passavam, com destino a outros Estados do Brasil ou regiões do Estado.

O conserto das ruas deve ser urgente e eficaz para que as mesmas voltem a ser como eram antes de serem usadas como desvio.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 574

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de executar reparos na Rua A, proximidades do n° 30, bem como em todas as ruas do Jardim Jussara.

O pedido foi feito pelos moradores do local, os quais ainda solicitam o manilhamento das valetas do bairro, uma vez que estão causando sérios problemas a todos.

Com o atendimento do pedido inúmeras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 575

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Go-

vernador do Estado, no sentido de instruir ao Comando da Polícia Militar do Estado, quanto a um melhor policiamento desde o início do Parque do Papa até o Parque São Lourenço. O pedido está sendo feito por pessoas que necessitam passar pelo local e ficam apreensivas, principalmente à noite, devido aos assaltos que podem ocorrer. Em toda essa extensão, devido a existência de longo trajeto sem residências o local tornou-se muito propício para esconderijo de assaltantes e marginais.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Homero Morinobu Oguido, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros para construção de Quadra de Esportes Coberta no Distrito de São Vicente, no Município de Araruna.

A solicitação em tela faz-se devido o referido distrito ser populoso, com aproximadamente 2.500 habitantes, tem uma unidade escolar onde funciona o ensino de 1.^a a 8.^a séries, perfazendo um total de 550 educandos.

Esta Quadra de Esportes é antiga solicitação dos estudantes, que almejam um local apropriado a prática esportiva e lazer.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 585

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Senhor Homero Morinobu Oguido, solicitando a liberação de recursos financeiros para construção de um Centro Comunitário, na comunidade Linha do Pinho, no Município de Irati.

A comunidade necessita de local apropriado para a prática esportiva e lazer, que além do aspecto físico, proporciona um entrosamento social e participação maior da comunidade local.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja

oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública José Moacir Favetti, para que determine, no menor tempo possível, o deslocamento, para o Parque Estadual de Vila Velha, no Município de Ponta Grossa, de efetivos da Polícia Florestal, objetivando garantir-se a fiscalização e eficientes condições de segurança naquele espaço turístico que só em janeiro recebeu, aproximadamente, 40 mil turistas, segundo dados estatísticos da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo de Ponta Grossa, que realiza o gerenciamento do citado parque.

Requer ainda que os efetivos policiais sejam dotados de equipamentos e viaturas condizentes e necessários ao desenvolvimento de suas atividades, bem como seja feita a fiscalização permanece no local denominado Lagoa Dourada que, pela falta de policiamento efetivo, tornou-se, segundo denúncia do Conselho Municipal de Turismo de Ponta Grossa, um verdadeiro paraíso de pescadores inescrupulosos que com redes vem extinguindo a fauna marinha da região.

Outrossim, Requer seja dada ciência sobre os motivos que levaram o Governo do Estado a retirar a fiscalização que vinha sendo procedida pela Polícia Florestal naquele espaço turístico até alguns meses.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER, na pessoa do seu Ilustríssimo Diretor Geral, na forma do exame Ofício n° 055/94 oriundo da Câmara Municipal de Tibagi, que solicita providências urgentes objetivando reparos na PR-340, que liga Tibagi ao Município de Castro.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Não podemos esquecer da importância dessa estrada para o Município de Tibagi por ser o único fluxo de trânsito pela qual se escoam a maior parte da safra agrícola da região.

As más condições da estrada além de atrasar e dificultar o escoamento da safra, ainda encarecem significativamente o preço do frete, tendo em vista o desgaste maior dos caminhões que por ali transitam.

REQUERIMENTO N° 606

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de executar reparos na Estrada do Cerne a qual passa pelo Pico do Agudo, em Três Côrregos, bem como nas estradas pequenas que vão para as chácaras, devido ao péssimo estado em que se encontram. O pedido foi feito pelos moradores do local, sendo que os mesmos não conseguem retirar a colheita de seus lotes pois é impossível fazer o seu transporte. Alegam os moradores que já falaram várias vezes com o responsável o Senhor Dal Rose, porém nada foi resolvido. Esclarecemos ainda que essa estrada vai até o Rio Assungui na chacara do Senhor Davi Ortineiro. Devido aos sérios transtornos que estão sendo causados a todos os moradores, eles pedem que o problema seja sanado o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 607

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de proceder estudos quanto a entrada de uma das linhas do ônibus sentido São José dos Pinhais - Curitiba, no bairro Cidade Jardim do Município de São José dos Pinhais e trafegue na Av. das Américas. O pedido está sendo feito pelos moradores do bairro afirmando que com o atendimento do presente muitos usuários serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 608

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando as atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de executar melhoramentos na rua Francisco Beltrão, localizada no bairro Cidade Jardim, bem como em todas as ruas desse bairro. Ocorre que as ruas estão completamente abandonadas, há muitos buracos e mato, ocasionando muitos transtornos a toda população. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais solicitam que o ônibus que circula pelo bairro Jardim Cidade vá direto para o terminal Boqueirão, sendo que ele vai até o terminal de São José e os usuários têm que pagar duas tarifas. Pedem que seus pedidos sejam atendidos pois muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 609

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de executar manilhamento em frente à Rua 1, Lote 24 - Jardim Monte Real, devido aos alagamentos constantes que lá ocorrem. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que a situação está crítica e necessita urgentemente ser sanado o problema.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 610

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de proceder estudos quanto a colocação de mais ônibus na linha São José - Terminal Afonso Pena, devido o mesmo ter um horário de meia em meia hora e conseqüentemente transitar superlotado. O pedido foi feito pelos usuários desse ônibus, uma vez que muitos transtornos estão sendo causados a todos.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 591

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulada consulta do Poder Legislativo do Estado ao Tribunal Regional Eleitoral solicitando informações sobre o recadastramento eleitoral nos Municípios de Barra do Jacaré e Jataizinho, neste Estado.

Que do teor do presente dê-se ciência às Câmaras Municipais de Barra do Jacaré e Jataizinho.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) VALDERI VILELA

JUSTIFICATIVA:

Já aprovado e, inclusive, com Portaria publicada no Diário da Justiça, o recadastramento eleitoral nos municípios em questão é uma providência urgente.

Entretanto, até a presente data não se tem notícias se ele já foi iniciado ou o estágio em que se encontra, diante do que solicitamos um pronunciamento formal do egrégio TRE para poder inclusive informar à população interessada.

REQUERIMENTO Nº 561

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, a inserção nos Anais do Poder Legislativo, do artigo "Porta Retrato", publicado pelo Jornal Gazeta do Povo, anexo ao presente.

Da decisão da Casa, comunicar ao Dr. José Maria de Azevedo à Rua Vicente Machado nº 1171 - ap. 201.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 105/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A segregação dos resíduos sólidos na origem, visando seu reaproveitamento otimizado, é responsabilidade de toda a sociedade e deverá ser implantada gradativamente nos municípios, mediante programas educacionais e projetos de sistemas de coleta segregativa.

§ 1º - Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado ficam obrigados à implantação da coleta segregativa interna dos seus resíduos sólidos.

§ 2º - Os municípios darão prioridade a processos de reaproveitamento dos resíduos sólidos, através da coleta segregativa ou da implantação de projetos de triagem dos recicláveis e o reaproveitamento da fração orgânica, após tratamento, na agricultura utilizando formas de destinação final, preferencialmente, apenas para os rejeitos desses procedimentos.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se resíduos sólidos aqueles provenientes de:

I - atividades industriais, atividades urbanas (doméstica e de limpeza urbana), comerciais, de serviços de saúde, rurais, de prestação de serviços e de extração de minerais;

II - sistemas de tratamento de água e resíduos líquidos cuja operação gere resíduos semilíquidos ou pastosos, enquadráveis como resíduos sólidos, a critério do órgão ambiental do Estado;

III - outros equipamentos e instalações de controle de poluição.

Art. 3º - Os sistemas de gerenciamento dos resíduos sólidos terão como instrumentos básicos planos e projetos específicos de coleta, transporte, tratamento, processamento e destinação final a serem licenciados pelo órgão ambiental do Estado, tendo como metas a redução da quantidade de resíduos gerados e o perfeito controle de possíveis efeitos ambientais.

§ 1º - Fica vedada a descarga ou depósito de forma indiscriminada de resíduos sólidos no solo e em corpos d'água.

§ 2º - A acumulação temporária de resíduos sólidos de qualquer natureza somente será tolerada, caso não ofereça risco de poluição ambiental, mediante autorização prévia do órgão ambiental do Estado.

Art. 4º - É proibida a diluição ou lançamento de resíduos sólidos e semilíquidos em sistemas de esgoto sanitário ou tratamento de efluentes líquidos, salvo em casos especiais, a critério do órgão ambiental do Estado.

Art. 5º - Quando a destinação final for disposição no solo, deverão ser tomadas medidas adequadas para proteção das águas superficiais e subterrâneas, obedecendo aos critérios e normas estabelecidos pelo órgão ambiental do Estado.

Parágrafo Único - Quando os resíduos forem enquadráveis como perigosos pelo órgão ambiental do Estado, a sua disposição no solo, por qualquer sistema ou processo, só será permitida após acondicionamento e tratamento adequado, definidos em projeto específico licenciado pelo órgão ambiental do Estado.

Art. 6º - Os planos diretores, bem como os demais instrumentos de política de desenvolvimento e de expansão dos municípios, deverão prever os espaços adequados para instalação de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos.

Art. 7º - A coleta, o transporte, o tratamento, o processamento e a destinação final dos resíduos sólidos de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, inclusive de saúde, são de responsabilidade da fonte geradora, independentemente da contratação de terceiros, de direito público ou privado, para execução de uma ou mais dessas atividades.

§ 1º - Os executores das atividades mencionadas no "caput" deverão estar cadastradas junto ao órgão ambiental do Estado.

§ 2º - A prefeitura, quando contratada nos termos deste artigo, submeter-se-á às mesmas regras aplicáveis nos demais casos.

§ 3º - No caso de utilização de resíduos como matéria-prima, a responsabilidade da fonte geradora só cessará quando da entrega dos resíduos à pessoa física ou jurídica que os utilizará como matéria-prima.

Art. 8º - Os recipientes, embalagens, containers, invólucros e assemelhados, quando destinados ao acondicionamento dos

produtos perigosos, definidos no regulamento, deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao fornecedor desses produtos.

Parágrafo Único - É vedada a reutilização desses recipientes para qualquer fim, exceto para o armazenamento dos produtos, definidos no "caput" deste artigo.

Art. 9º - As indústrias de embalagens localizadas no Estado do Paraná, na medida da possibilidade e limitações tecnológicas atuais, obrigam-se a incluir em seus produtos indicações que possam facilitar a reciclagem dos mesmos, segundo critérios e prazos estabelecidos no regulamento desta Lei.

Art. 10 - O emprego ou a implantação de fornos industriais ou de sistemas de incineração para a destruição de resíduos sólidos, seja qual for a fonte geradora, depende do prévio licenciamento do órgão ambiental do Estado.

§ 1º - Fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão competente do Estado.

§ 2º - Não será permitida a incineração de resíduos sem prévia caracterização completa (físico-química, termodinâmica e microbiológica) dos mesmos, conforme exigência do órgão ambiental do Estado.

§ 3º - Qualquer que seja o porte do incinerador ou a natureza do resíduo a ser incinerado, será obrigatória a adoção de mecanismos e processos de controle e monitoramento de emissões gasosas, efluentes líquidos e resíduos sólidos da incineração.

Art. 11 - Para a consecução dos objetivos desta lei, o Estado:

I - implantará programas de capacitação gerencial na área de resíduos sólidos;

II - estimulará a criação de linhas de crédito para auxiliar os municípios no projeto e implantação de sistemas de licenciados pelo órgão ambiental do Estado, preferencialmente, para formas de reaproveitamento de resíduos, bem como a adoção de medidas mitigadoras do impacto ambiental em áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos;

III - estimulará a implantação de indústrias recicladoras de resíduos sólidos;

IV - incentivará a criação e o desenvolvimento de associações e/ou cooperativas de catadores e classificadores de resíduos sólidos, podendo fornecer a infraestrutura mínima de trabalho e as condições a serem estabelecidas no regulamento desta Lei;

V - estimulará a implantação de consórcio entre municípios para que se viabilizem soluções conjuntas entre os mesmos.

Art. 12 - Será proibido o acesso a financiamento por bancos estaduais e fundos especiais de desenvolvimento àquelas empresas e órgãos públicos cuja situação, com respeito a resíduos sólidos, não estiver plenamente regularizada diante desta lei, e seu regulamento.

Parágrafo Único - Exclui-se do "caput" deste artigo os financiamentos relativos a projetos que objetivem a implantação ou a regularização de sistemas de destinação de resíduos sólidos.

Art. 13 - Caberá ao órgão ambiental do Estado elaborar o Cadastro Estadual de Resíduos Sólidos Industriais e o Cadastro dos Resíduos Sólidos Não-Industriais, nos termos e prazos estabelecidos no regulamento desta lei.

Parágrafo Único - Os municípios, cujo território abrigar fontes geradoras de resíduos perigosos, deverão manter cadastro atualizado das mesmas em seu órgão municipal, à disposição da comunidade.

Art. 14 - O órgão ambiental do Estado manterá cadastros, registros e demais informações sobre fontes geradoras de resíduos radioativos existentes no território do Estado do Paraná.

Art. 15 - Os projetos que envolverem reciclagem, coleta segregativa, minimização, de geração de resíduos na fonte e alternativas análogas deverão incluir ações de educação ambiental e sanitária.

Art. 16 - Quaisquer que sejam as tecnologias adotadas para desativação ou destruição de resíduos gerados por serviços de saúde e laboratórios de pesquisas, valerão as normas específicas estabelecidas no regulamento desta lei, devidamente compatibilizadas com as normas federais do CONAMA e com os seguintes critérios gerais:

I - a fração não contaminada por agentes patogênicos deverá sofrer coletas segregativas;

II - as frações dos resíduos contaminadas ou constituídas por objetos perfuro-cortantes ou agentes patogênicos deverão ser objeto de normas criteriosamente estabelecidas com a finalidade de minimizar riscos ambientais, sanitários e ocupacionais, simultaneamente, devendo ser dedicado especial cuidado ao manejo dessas frações em todas as etapas, desde a coleta no local de geração até sua entrada nos sistemas de tratamento;

III - a cremação de cadáveres, peças anatômicas ou outros tipos de matéria orgânica originária de biomassa animal, inclusive humana, também será contemplada no regulamento desta lei.

Parágrafo Único - Para conceder licenciamento ambiental nas situações referidas no "caput", o órgão estadual competen-

te exigirá aprovação dos critérios operacionais junto às autoridades de fiscalização do Trabalho.

Art. 17 - No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação do regulamento desta lei, os municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes deverão apresentar ao órgão ambiental do Estado projeto de sistema contemplando solução locacional e tecnológica adequada, bem como cronograma de implantação para gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, sob pena de responsabilidade por dano ao meio ambiente.

§ 1º - Os demais municípios cumprirão o disposto neste artigo no prazo de 1 (um) ano.

§ 2º - Os municípios poderão associar-se para cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 18 - Para as demais fontes geradoras já existentes o regulamento fixará os prazos para adaptação a esta lei.

Art. 19 - Sem prejuízo das sanções civis e penas cabíveis, as infrações ao disposto nesta lei acarretarão a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência, com prazo para a regularização da situação;

II - multa, de 100 (cem) a 10.000 (dez mil) UPF's;

III - interdição.

Parágrafo Único - No caso de infração continuada, poderá ser aplicada a penalidade de multa diária.

Art. 20 - Na aplicação da penalidade da multa, a autoridade levará em conta a maior ou menor intensidade ou extensão da degradação ambiental, efetiva ou potencial, causada pela infração, assim como a intencionalidade do infrator.

Art. 21 - A penalidade de interdição será aplicada:

I - em caso de reincidência;

II - quando da infração resultar;

a) contaminação significativa de águas superficiais ou subterrâneas, ou

b) degradação ambiental que não comporte medidas de regularização, reparação, recuperação pelo infrator ou à custa dele, ou

c) risco iminente à saúde pública.

Art. 22 - O procedimento administrativo para a apuração das infrações às disposições desta lei será disciplinado em regulamento, assegurada ampla defesa ao infrator e obedecido o princípio do contraditório.

Art. 23 - O Poder Executivo fica obrigado a publicar o regulamento desta lei no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da

publicação da mesma.

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.94

(aa) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

RENATO ADUR

PROJETO DE LEI Nº 106/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estatuído como de utilização referencial obrigatória, pelo Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário do Estado do Paraná, o estudo intitulado "Metodologias de Pesquisas de Preços e Orçamento para a Construção Civil e Diretrizes de Gerenciamento Técnico-Financeiro", em anexo e parte integrante desta lei.

Art. 2º - As metodologias constantes do referido estudo serão sistematicamente revisadas pelos setores especializados dos Poderes do Estado do Paraná, mediante assentamentos e conclusões conjuntas, que serão encaminhadas à Assembléia Legislativa.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(aa) RENATO ADUR

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

As Metodologias em anexo resultam da mais ampla metodização já intentada na Administração Pública Brasileira dos procedimentos de orçamentação e gerenciamento de obras públicas.

Cuida o presente projeto de elevar à condição de Lei Estadual os resultados alcançados e aprovados pela experiência de quase três anos de gestão administrativa no Estado.

Diz-se de utilização referencial pelos Poderes do Estado e de sistemática revisão pelos setores especializados, ambos aspectos que conferem a necessária flexibilidade à pretensão última de disciplinar, de uma vez por todas, o complexo terreno das obras públicas em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 107/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As contratações de obras, compras e serviços, nos casos de dispensa de licitação em razão de valor, serão procedidas, no Estado do Paraná, em todos os

Poderes, pela coleta de propostas junto a, no mínimo, 3 (três) interessados do ramo pertinente ao objeto do contrato pretendido, cadastrados ou não, com prazo para apresentação das propostas nunca inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 2º - A modalidade licitatória convite, para obras, compras e serviços no Estado do Paraná, em todos os Poderes, será precedida de publicidade no Diário Oficial do Estado e na imprensa particular.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(aa) RENATO ADUR

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto converte em lei a extraordinária experiência do Poder Executivo do Estado do Paraná nestes últimos três anos.

Fazendo alcançar com os rigores da publicidade mesmo as modalidades menos complexas, assegura-se a contratação pelo Estado sempre da proposta mais vantajosa.

A justificação está em que, conquanto de menor valor as hipóteses de contratação disciplinadas, pela escala e frequência, atingem, ao final, enorme importância e montante.

Ademais, libera-se o Poder Público da constrangedora tarefa de, a todo o tempo, nos casos de dispensa e convite, ter de escolher entre os particulares interessados.

Com o projeto, assegura-se a necessária impessoalidade nos procedimentos de contratação de obras, compras e serviços mesmo para os pequenos valores de dispensa e convite.

PROJETO DE LEI Nº 104/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Capítulo I

Art. 1º - Fica regulamentado nos termos dos artigos 23, II e 24, XII da Constituição Federal, o artigo 53, XVI e XVII, em consonância com o artigo 172 parágrafo 2º da Constituição Estadual, que toda e qualquer despesa que o Sistema Único de Saúde (SUS) tiver no atendimento a saúde do segurado ou seu beneficiário de qualquer sociedade seguradora ou congênere, estadual ou municipal, seja no âmbito médico, hospitalar, ambulatorial ou laboratorial, será reembolsado pela instituição seguradora ou entidade congênere, que deveria prestar aqueles serviços, então

prestados pelo SUS.

§ 1º - O valor de reembolso de despesas referido no "caput" desse artigo corresponde ao fixado pelos órgãos federais reguladores do seguro-saúde e das demais modalidades de medicina de grupo e cooperativas, observando ainda o disposto no Código de Defesa do Consumidor, Lei 8078/90.

§ 2º - Para o recebimento do valor devido nos termos do artigo 1º, serão adotados, isolada ou cumulativamente os seguintes procedimentos, tanto pelas unidades de saúde da rede pública, estadual e municipal, da administração direta, indireta e fundacional, como pelos estabelecimentos do setor privado conveniados ou contratados pelo Estado ou Município.

I - Comunicação ao gestor público do SUS que pacientes que gozam do direito de seguro-saúde, de qualquer natureza encontram-se fazendo uso dos serviços médico-hospitalar-laboratorial, sem a cobertura do referido seguro.

II - registro na ficha do paciente da condição de beneficiário de seguro-saúde ou outra modalidade assistencial de medicina de grupo e cooperativas, com dados que permita identificar a entidade seguradora;

III - assinatura, pelo paciente ou seu representante, de documento de transmissão ao Estado ou ao Município do direito de reembolso de despesas médico-hospitalar-laboratorial somente pagáveis ao paciente; e

IV - assinatura pelo paciente ou seu representante, de documento comprobatório da assistência médico-hospitalar-laboratorial recebida.

Art. 2º - Para o efeito de reembolso de despesas pela sociedade seguradora ou congênere, o dirigente da unidade ou entidade pública de saúde, depois da liberação do paciente, emitirá documento hábil destinado à entidade seguradora, com descrição dos procedimentos assistenciais realizados e respectivos custos, acompanhado dos documentos mencionados nos incisos III e IV do artigo 1º parágrafo 2º, para fins de recebimento do reembolso.

Parágrafo Único - As unidades de saúde da administração direta do Estado e dos Municípios promoverão as medidas referidas neste artigo por meio do órgão competente do Estado ou do Município, cabendo às entidades da administração indireta e fundacional do Estado e dos Municípios promovê-las diretamente.

Art. 3º - Quando a assistência médica, hospitalar ou ambulatorial e laboratorial for prestada por estabelecimento privado, fará ao dirigente do SUS, que firmou o

convênio ou o contrato, a comunicação da assistência prestada, com os elementos previstos no parágrafo 2º do artigo 1º, para que a autoridade pública promova as medidas no artigo 2º.

Parágrafo Único - Quando a entidade particular conveniada ou contratada, negar-se a cumprir o disposto, será a responsável pelo reembolso ao órgão público gestor do SUS.

Art. 4º - A receita gerada no âmbito do SUS, pelo reembolso de despesas, prevista nesta lei, será considerada recursos de outras fontes para o financiamento do sistema, conforme dispõe Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal nº 8080/90) e terá gestão própria da administração direta, fazendo parte do respectivo Fundo de Saúde, Municipal ou Estadual.

Art. 5º - Observada a legislação federal que regula os seguros privados e fixa os limites da cobertura dos riscos de assistência médica-hospitalar-laboratorial atribuídas às entidades seguradoras, fica o dirigente estadual do SUS autorizado a estabelecer condições adequadas para aplicação desta lei.

Capítulo II DOS NOVOS CONTRATOS

Art. 6º - As empresas de seguro-saúde, medicina de grupo, cooperativas de serviços médicos e congêneres, para atuarem no Estado do Paraná, estão obrigadas a obterem registro junto a Secretaria de Estado da Saúde (SESA).

§ 1º - Para concessão do registro a SESA levará em consideração, entre outros parâmetros, registro no Conselho Regional de Medicina, a adequação dos contratos, planos de saúde e condições de serviços oferecidos, às normas do Sistema Único de Saúde (SUS) e a legislação dos direitos do consumidor.

§ 2º - As empresas que ofereçam contratos com cláusulas consideradas abusivas no tocante a prazos de carências, exclusões, restrições, expressões vagas, limites e critérios de reembolso e outros, terão seu registro negado, e não poderão exercer suas atividades no Estado do Paraná.

§ 3º - A regulamentação do disposto neste artigo será feito dentro de 90 dias a partir da publicação desta lei, por comissão, com esta única finalidade, designada pelo Conselho Estadual de Saúde.

Capítulo III DOS CONTRATOS EM VIGOR

Art. 7º - No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o exercício do direito

público subjetivo a saúde é garantido pela universalização do acesso, pelo atendimento igualitário e pela gratuidade da assistência médica e hospitalar prestada nos órgãos e instituições públicas, estaduais e municipais da administração direta, indireta e fundacional, e nos estabelecimentos privados que integram o sistema mediante convênio ou contrato.

Art. 8º - A gratuidade da assistência médica, hospitalar e laboratorial é vinculada ao indivíduo, vedando-se-lhe a cobrança de despesas e taxas a qualquer título.

Capítulo IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 9º - As empresas privadas que oferecem Planos de Saúde e Assistência Médica Complementar, que atuam no Estado do Paraná, terão suas atividades autorizadas, regulamentadas e fiscalizadas pela SESA, via Conselho Estadual de Saúde.

Art. 10 - A SESA procederá a fiscalização das entidades já existentes autorizando ou não a manutenção das suas atividades no Estado.

Art. 11 - Toda entidade hospitalar ou não, reconhecida por lei como filantrópico, no Estado do Paraná, ao constituir qualquer tipo de modalidade de seguro saúde ou cooperativa médica terão sua condição de filantrópico automaticamente anulada.

Capítulo V DAS PENALIDADES

Art. 13 - A empresa que não reembolsar a cobrança efetuada pelo SUS - Estados ou Municípios - terão seus contratos suspensos, até que tal débito seja saldado, com a devida correção monetária.

Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Quando o Poder Público investe recursos, representados pelas despesas com material, medicamentos e pessoal, até mesmo permitindo o desconto pelas empresas no Imposto de Renda, de recursos gastos com saúde, para atendimento a segurado de empresas privadas com fins lucrativos, está

ferindo o disposto no artigo 172, § 2º da Constituição Estadual, vez que destina recursos públicos para preencher falha do setor privado, que obrigatoriamente teria que prestar atendimento ao segurado.

Hoje, cerca de 40% (quarenta por cento) dos recursos do Sistema Único de Saúde são gastos em procedimentos de alto risco, que representam apenas 3% (três por cento) do total de atendimento. Chamamos a atenção para o fato que geralmente são justamente estes procedimentos que não são pagos pelas empresas de seguro saúde.

Portanto, enquanto de um lado há prejuízo para os cofres públicos, de outro, as empresas privadas se beneficiam, ao deixar de cumprir suas obrigações contratuais com segurados.

Trata-se, ainda, de uma redução de verbas do SUS, que poderiam ser destinadas à promoção e recuperação da saúde de pessoas dramaticamente necessitadas.

Quanto a sua base constitucional e a conformidade com a legislação infra-constitucional baixada pela União, o presente projeto de lei se acha perfeitamente fundamentado. A competência para legislar sobre tal matéria é da Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 53, XVI e XVII, reforçado pelos artigos 23, II e 24, XII da Constituição Federal. Há ainda que se considerar a não infringência a garantia da gratuidade das ações e serviços de assistência médico-hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde, prevista na Lei Orgânica de Saúde (Lei Federal 8080 de 19/09/90, artigo 43) e na Constituição do Estado, nem a competência material da União para fiscalizar as operações de seguros e previdência privada (artigo 21, VIII, da Constituição Federal), nem ainda, a sua competência privativa para legislar sobre seguros (artigo 22, VII da Constituição Federal).

Isto porque:

a) a gratuidade se refere ao indivíduo e não à pessoa jurídica da seguradora, que acabaria por enriquecer-se ilicitamente ou no mínimo, sem causa jurídica e eticamente justificável.

b) a competência da União para tratar de seguros privados é pertinente exclusivamente à regulamentação desta modalidade de seguridade social, pertinente, por exemplo, à organização das sociedades seguradoras, aos tipos de seguro, às condições de contratações, os valores e forma de ressarcimento ou indenização e o Projeto de Lei cuida, apenas, de reconhecer que o Estado e os Municípios são aptos a receber aquilo que a seguradora pagaria ao setor privado por força do contrato de seguro-saúde, e que a dispensa do reembolso devido pela seguradora, em razão de assistência médica e hospitalar gratuitamente

prestada pelos órgãos e entidades do SUS ao seu segurado, constitui omissão dos agentes do Poder Público na preservação do patrimônio da Seguridade Social e incentivo ao enriquecimento sem causa da entidade seguradora.

Noutras palavras: o Projeto de Lei entra na seara privativa da União porque não está regulando o seguro-saúde nem o seguro obrigatório, mas apenas determinando que os órgãos, as instituições e os estabelecimentos da saúde integrantes do SUS recebam aquilo que os estabelecimentos privados receberiam da entidade seguradora por serviços de atendimento médico-hospitalar ao seu segurado ou beneficiário. Se a Lei Federal diz que a seguradora pagará ao prestante da assistência, pessoa física ou jurídica (artigo 130 DL. 73/66), o valor convencionado das despesas, o que o Projeto de Lei está dizendo é que a entidade seguradora deve por justiça e igualdade de tratamento, pagar aos órgãos, instituições e estabelecimentos integrantes do SUS. Essa determinação é absolutamente constitucional e legal.

c) o Estado tem, de acordo com o disposto nos artigos 13, XII da Constituição Estadual e 24 da Federal, §§ 2º e 3º, não só a competência suplementar para legislar sobre "previdência social, proteção e defesa da saúde" - no caso de existirem normas gerais estabelecidas pela União - mas a competência legislativa plena, na hipótese de inexistir lei federal sobre normas gerais (como é o caso da matéria deste Projeto de Lei) e que não foi tratada pela Lei Federal 8080/90 nem por atos da Direção Nacional do SUS.

Vale ainda ressaltar que o Decreto-Lei 73/66 determina em seu artigo 130, que a sociedade seguradora pague, ao prestante do atendimento médico e hospitalar, pessoa física ou jurídica, não fazendo nenhuma restrição à pessoa jurídica (se pública ou privada) além de ter assegurado a livre escolha do médico e do hospital.

Do ponto de vista social, há que se considerar os milhares de paranaenses lesados com a modalidade de seguro-saúde, que pensam, inicialmente, terem privilégio, até descobrirem que são vítimas. Pois as empresas seguradoras, na sua quase totalidade não cobrem patologias como: AIDS, meningite, doenças renais crônicas, etc. e internamento em UTI. Assim entra também como vítima o SUS, que cumprindo a sua obrigação cobre estas despesas, aumentando a lucratividade destes empresários.

No Brasil, de acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), o engodo dos planos de saúde, suas limitações, armadilhas e sua propaganda enganosa, envolve cerca de 35 milhões de brasileiros e submete a grande maioria dos médicos ao fogo

cerrado. Com isto, segundo o Jornal do CFM, publicado em dezembro de 1993, o lucro das empresas seguradoras, nos últimos dois anos foi cerca de 3000% (por cento). Percentual que não é atingido por nenhum outro setor empresarial no País.

Portanto, este Projeto de Lei cria a perspectiva de acabar com o aludido escândalo, em nível estadual, ao mesmo tempo em que fundamenta e concretiza os parâmetros legais e constitucionais. Logo, para o bem do interesse público, solicitamos aos Senhores Deputados a aprovação deste Plano de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo Expediente a ser lido, concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Próximo sábado se encerrará o Governo Requião: Rei morto, Rei posto! E, pela primeira vez na história política do nosso Estado um cidadão da Região Oeste, em especial da nossa Cidade de Cascavel, assumirá o Palácio Iguazu. Tenho acompanhado as pressões que sofre o futuro governador do Estado nesse momento que antecede a sua posse. Essas pressões, infelizmente, têm sido mais vivas mais presentes exatamente dos inúmeros amigos que cercam o vice-Governador. Amigos que se dispõem a ajudá-lo, obviamente, tendo também os seus interesses realçados.

Existem outros tantos que imaginam o governo de Mário Pereira como um governo que dará um banho de obras na Região Oeste do Paraná e em especial em Cascavel. Um banho de obras que imaginam poderá fazer crescer prestígio da legenda do Governador e com isso permitir alçar lideranças menores a postos mais elevados. Imaginam transformar o Palácio Iguazu num enorme comitê eleitoral. Imaginam, também, aumentar o seu patrimônio às custas de obras que poderão se realizar nesse governo.

Mário Pereira terá apenas 9 meses de governo. Não será um período longo, mas será, certamente, um período histórico. Não apenas para o Paraná, mas por coincidir com o processo político talvez mais intenso e importante da história do nosso País. Onde o povo brasileiro, à exceção dos prefeitos e vereadores, terá a incumbência de escolher todos os demais mandatários do Poder Público.

Como cidadão cascavelense, único Deputado Estadual da nossa cidade, quero registrar aqui - em nome pessoal, não da minha bancada, um voto de confiança nesse momento que antecede a posse do vice-Governador Mário Pereira. Não vou desta tribuna advogar a tese de que Mário Pereira deva ser, exclusivamente, governador do

deva ser, exclusivamente, governador do Oeste do Paraná. Acredito e espero que Mário Pereira seja o Governador de todos os paranaenses, e que a investidura no mais alto cargo do nosso Estado possa lhe permitir ter a consciência clara de que esse Estado é um Estado muito desigual. Nesse Estado tão rico, tão pujante, ainda existem regiões praticamente abandonadas. Regiões que não experimentam, ainda, os benefícios do progresso, onde nem mesmo a revolução agrícola chegou, onde nem mesmo a passificação fundiária se faz presente.

Esse Estado de quase dois milhões de paranaenses que vivem abaixo da linha de pobreza; esse Estado de outros dois milhões de paranaenses que tiveram que fugir daqui porque não encontraram condições de sobrevivência. Esperamos que esse Governo esteja, sobretudo, voltado para aqueles que precisam do Governo que é a população mais carente.

Sabemos que o Governo, e ele tem dito isto, não ficará neutro da disputa eleitoral. É certo, um homem público deve assumir as posições políticas necessárias, ainda mais nesse momento. Porém, esperamos que o Governador Mário Pereira saiba separar as coisas com muita clareza e transparência, separar a máquina pública que pertence ao povo e deve estar a serviço da construção de uma sociedade melhor, separar essa máquina dos interesses eleitorais imediatos e egoístas. Esperamos, também, que como homem público consciente do papel que exercerá nesses nove meses, tome posição, sim, mas não apenas em favor de lideranças e interesses menores do nosso Estado mas, que sobretudo tome posição sobre os destinos da nação brasileira.

O Governador do Estado pelo poder que concentra em suas mãos terá e poderá ser um farol a iluminar e orientar todo o Estado do Paraná. Esperamos, sinceramente, que o Governador Mário Pereira perceba de que nesse momento que o Brasil atravessa é fundamental que todos os homens públicos que detêm influência importante sobre a população se manifeste claramente no sentido de que devamos romper com as estruturas a elite egoísta que domina nosso País.

São nove meses de Governo, apenas, como cidadão do Oeste do Paraná não creio que esses nove meses possam ser uma oportunidade privilegiada para que o Oeste do Paraná possa ter uma porção de obras rodoviárias, de viadutos, coisas dessa espécie, que apenas servem para enriquecer as empreiteiras e para fazer prestígio eleitoral de consistência e prioridade muito duvidosa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V. Exa. fala no Horário do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - São nove meses. É o tempo suficiente para uma gestão.

Espero, sinceramente, que o futuro governo do Estado do Paraná tenha a consciência do momento econômico e social que atravessa o nosso Estado. E nesses nove meses podemos imaginar que o Estado do Paraná pudesse conduzir um processo democrático, aberto, transparente e participativo sobre o futuro do Paraná.

Todas as obras e todos os programas que Mário Pereira poderia fazer nesses nove meses certamente não é - profundamente - o perfil econômico e social do Paraná, de forma alguma. Mas será o momento que se souber ser apropriado, será o momento apropriado, será o momento privilegiado para que uma discussão sobre os rumos do Paraná nos próximos dez, quinze, vinte anos seja feita de uma forma responsável e criativa.

É nesse sentido que acreditamos que se este Governo tiver a visão histórica, se o futuro governador tiver o olhar que um estadista deve ter, ele tratará de reunir as melhores cabeças do nosso Estado junto com a população organizada, junto com os setores excluídos para que possamos criar um projeto de desenvolvimento para o Estado do Paraná. Quando falo em projeto de desenvolvimento, falo num Paraná desigual, falo na economia do Norte Velho, na economia esgotada, na economia agrícola, falo no litoral do Paraná que hoje é uma região que sofre um impeditivo desenvolvimento pela política de preservação ambiental, mas que tem também alternativas importantes de turismo, de pesca, do extrativismo que pode alavancar o seu desenvolvimento.

Falo em discutir o problema da região metropolitana de Curitiba que hoje cresce a cada dia que passa porque é o único dinamismo da economia do Paraná, porque é o único local onde o processo de transformação da matéria-prima do nosso Estado se processa.

Falo de um centro do Estado ainda abandonado que sequer experimentou o desenvolvimento da agricultura, falo de uma Região Oeste e Sudoeste do Paraná sedenta por apoio para que possa processar e agregar valores que lá conseguem produzir.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, aproveito este momento para colocar com clareza uma opinião pessoal como cidadão do Paraná. Espero, sinceramente, que o Governador Mário Pereira faça uma opção, não a opção eleitoreira, medíocre, miúda de quem quer deixar obras, viadutos, placas para tentar se perpetuar dessa forma na história do Paraná, mas, sim, que se perpetue como estadista que não fez as obras visíveis, mas que deixou os alicerces embaixo da terra para que sobre ele possa se erguer um Paraná diferente que lance as

bases para uma revolução educacional, que lance as bases para uma revolução industrial no nosso Estado, que lance as bases para que o Estado do Paraná possa ter um desenvolvimento harmônico descentralizado igual para todas as regiões do Paraná e sobretudo, espero que esse Governo tenha a marca da democracia, do respeito aos direitos humanos, que seja um governo que não continue a ser conivente e omissos com a violência cotidiana que se abate sobre a população desse Estado, que seja um Governo que se coloque claramente a serviço e ao lado das camadas populares, que seja acima de tudo não um governo de obras, mas que seja acima de tudo um governo que finque uma bandeira, a bandeira da cidadania.

Quero concluir meu pronunciamento, dizendo que me senti obrigado a depositar este voto de confiança e a nutrir esta expectativa otimista em relação ao futuro governo.

Fiquem certos os senhores de que este será o critério que irá balizar o posicionamento nosso durante esses nove meses que ainda restam, mas também é importante deixar claro, de que se esse governo não cumprir com a sua missão histórica, contará também, aqui dessa tribuna, com um crítico duro para questionar as posições que venha adotar, independente de sermos ou não conterrâneos, sermos ou não cascavelenses e cidadãos do Oeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, a palavra com o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Neste final de semana deveremos ter o afastamento do Governador Roberto Requião do Governo do Estado do Paraná, a sua desincompatibilização e a conseqüente posse do nosso vice-Governador Mário Pereira.

Teremos também nesta semana o regresso de quatro parlamentares, que exercem as funções de Secretários de Estado no Governo Roberto Requião.

É importante que se faça uma reflexão sobre três anos de administração Roberto Requião. É importante que façamos essa reflexão.

Houve muito questionamento, houve muita discussão, muita controvérsia, mas uma coisa há que se compreender, o Governo Roberto Requião foi um dos governos do Paraná que teve o menor número de greves de funcionalismo de todos os Governos atuais do Brasil, tivemos uma estabilidade econômica do Estado, tivemos uma tranquilidade financeira no Estado do Paraná, uma administração austera, uma gestão firme do erário público na pessoa do Governador Ro-

berto Requião.

Tivemos uma definição de programas do Governo, uma definição de programas que foram implementados ao longo desses três anos, programas claramente definidos pelo Governador no início da sua gestão, tivemos uma clareza nas idéias do Governo na busca dos seus propósitos, dos seus objetivos; e eles na medida em que os anos foram se passando, foram se concretizando simultaneamente.

Podemos citar exemplo de um dos maiores programas de habitação popular do Estado do Paraná desenvolvido em parceria valorosa com os Prefeitos desse Estado, um trabalho que é modelo para o Brasil de hoje, um trabalho que merece realmente elogios por todos os lugares onde se passa nesse País, um programa de casa popular de custo baixíssimo, uma prestação de apenas 20% do salário mínimo.

Ora meus senhores, 20% do salário mínimo para a prestação de uma habitação popular de 52 m², uma habitação digna de uma família de classe média e classe baixa para média, uma habitação de 52 m² com três quartos, pequenos é bem verdade, um banheiro, uma sala, cozinha e uma pequena varanda, mas uma habitação em alvenaria, com cobertura de barro, com forro de madeira, uma habitação em condições realmente dignas para um cidadão sobreviver.

Foram quarenta e tantas mil habitações construídas com verbas do Tesouro do Estado, com dinheiro do nosso contribuinte, destinado à população menos favorecida deste Estado. E se compararmos os absurdos do Governo Federal, se compararmos com aquelas casas do Governo Collor, em que a corrupção imperou, em que o dinheiro foi para as mãos das empreiteiras e dos mal intencionados que se locupletaram do dinheiro do nosso povo.

Nós temos que reconhecer que o Governo do Paraná deu exemplo num sistema habitacional modelo para este País, e com uma prestação de 20% do salário mínimo. Quarenta e tantas mil casas populares estão sendo construídas, dinheiro do Governo do Estado do Paraná, e uma parcela do dinheiro das Prefeituras Municipais, porque neste projeto não tinha lucro do empreiteiro; tinha sim a contribuição com a mão-de-obra da Prefeitura Municipal dos seus municípios. E vemos nos olhos, no semblante das famílias desse Estado, ao receberem essas habitações, o sonho de uma família é ter a sua habitação popular, e nesta habitação popular do Estado foram realizados os sonhos de centenas, de milhares de pessoas deste Estado.

Outro programa claramente definido pelo Governo do Estado do Paraná no seu início foi o programa da água tratada, o programa que tinha por objetivo levar poços

artesianos com água tratada para as pequenas comunidades do nosso interior do Estado e mais de duas mil localidades desse Estado. E chegamos ao final de três anos com exatamente 2405 localidades do Estado do Paraná beneficiadas com o programa da água tratada, uma riqueza para a saúde das famílias do interior do nosso Estado, que muitas vezes se vêem obrigadas a deixar o seu interior por falta de condições, buscando suicidamente alternativas nas grandes cidades. E o Governo do Paraná, sensível a este projeto, a este programa, elaborou um sistema em que essas famílias pudessem ter uma condição digna.

Um dos melhores programas do Governo Roberto Requião foi sem dúvida alguma o programa da água da pedra, o programa dos poços artesianos, o programa também em parceria com as Prefeituras Municipais e com as comunidades, aonde o Governo perfurava os poços, colocava, fazia análise da água, colocava as bombas, dava as bombas e também as caixas d'água e a família entrava com a abertura das valas e a Prefeitura entrava com os canos de distribuição, o sistema de distribuição e a gestão do projeto.

Programas claramente definidos pelo Governo do Estado, como o programa de pedras irregulares pela Secretaria dos Transportes que favoreceu em muito as famílias do interior, dos municípios no transporte de grãos, no transporte da sua produção para os centros maiores, para as suas cidades, para as cooperativas e para os armazéns. Programas definidos como um dos maiores projetos educacionais deste País, desenvolvido pela FUNDEPAR, aonde tivemos quase praticamente 100% da rede física deste Estado reformada, reconstruída, definidamente no melhor dos projetos feitos neste Estado e também neste País.

O trabalho desenvolvido na FUNDEPAR aplicando todos os recursos que vinham do Fundo Nacional de Educação, todos os recursos que vinham do Governo Federal destinados à educação, aplicados integralmente além de uma grande parcela do Tesouro do Estado do Paraná, aplicados exclusivamente para beneficiar a todas as crianças deste Estado para que não tivéssemos problema de falta de vagas nas escolas em todo o nosso território. E exemplo foi dado este ano, quando em muitos lugares deste Estado sobraram vagas nas escolas. Tivemos a suficiência de oferta de vagas para as crianças deste Estado do Paraná. E se não fosse a rede física, tivemos também neste Governo um dos melhores projetos de melhoria de qualidade de ensino através de cursos, de programas de aperfeiçoamento do professor no Estado do Paraná.

Tivemos o sistema de antenas parabólicas, trabalhado junto com a TV Educativa,

aonde poder-se-ão ministrar cursos simultâneos em todos os municípios deste Estado, para todos os professores deste Estado com um custo mínimo, utilizando-se da alta tecnologia que pode ser aproveitada pelo nosso Governo.

São alguns dos programas que foram claramente definidos pelo Governo Roberto Requião no início da sua gestão e que foram implementados ao longo destes anos, inegavelmente num dos projetos mais claros de Governo que pudemos assistir nos últimos anos. Não houve mudança de rota. Não houve desvio de caminho. Não houveram interferências externas. Houve sim, uma determinação firme de melhorar estas condições. As condições da nossa população no Estado do Paraná.

Foram efetivamente programas que nós não podemos tapar o sol com a peneira. Nós temos que reconhecer que houve uma contribuição sensível ao desenvolvimento do nosso Estado. Programas como o Panela Cheia, da Secretaria da Agricultura. Um programa que atendeu milhares e milhares de micro produtores deste Estado que não tinham acesso ao Banco do Brasil, que não tinham acesso jamais aos bancos de iniciativa privada, mas que tiveram no Programa Panela Cheia o financiamento para comprar aquelas pequenas máquinas, que são fundamentais para o produtor rural neste Estado do Paraná, fundamentais para a manutenção da sua micro e pequena lavoura na compra de insumos, sementes, adubos e inseticidas e o que ele precisa para atender a sua produção.

Portanto, meus amigos, tudo com o esforço de um Governo austero, firme, que aplicou verba do Tesouro sim, mas aplicou verba do Tesouro no investimento social, no benefício social e o resultado está vindo, o resultado é o que nós estamos vendo. Milhares e milhares de micro e pequenos produtores satisfeitos com o programa sério do Governo do Estado do Paraná.

Se me perguntarem se o Governo fez tudo que deveria fazer, eu diria aos Senhores que não. Se me perguntarem se o Governo foi correto em tudo, eu diria para os Senhores que não. Todos somos humanos e como todos temos direito a falhas e até erros.

Mas, no contrabalançar, no equilíbrio dos valores, nós vemos que o Governo Requião, que esse governo que se encerra no dia 2, nós tivemos um governo bem intencionado, um governo a favor das minorias desfavorecidas neste Estado. Um Governo que buscou justiça social, um governo que buscou atender as condições mais necessárias dentro de um programa previamente estabelecido, previamente definido, claramente e transparentemente apresentado a

toda a população do Estado do Paraná, desde o seu programa de campanha.

Então, meus senhores e minhas senhoras, muito ainda temos que fazer. Eu queria, neste momento em que estamos encerrando este Governo Roberto Requião, salientar aqui que tivemos também, durante esse período, uma contribuição extraordinária desta Casa de Leis, Senhor Presidente, aonde Oposição e Situação nos momentos em que os projetos de interesse maior da população do nosso Estado deveriam ser aprovados e discutidos sabiamente nesta Casa. Sabiamente as oposições souberam compreender e caminhar conosco na aprovação desses projetos.

Quero agradecer às lideranças de todos os partidos da Casa que sempre foram sensíveis às nossas colocações, não só minhas como do nosso antigo líder da Bancada do Governo, Deputado Orlando Pessuti, hoje Presidente desta Casa. Quero agradecer em nome da nossa bancada a todos aqueles que contribuíram conosco neste período, um período difícil para o País.

Mas um período em que a nossa Assembleia cresceu muito pela sensibilidade, pela compreensão, pela maneira como soube entender esses Projetos maiores do nosso Governo do Estado do Paraná.

Quero aqui agradecer, em particular, ao apoio e colaboração esperados de quatro valorosos companheiros nossos. Que assumiram na condição de suplentes e que estiveram conosco no dia-a-dia firmes na nossa batalha: participando de comissões, participando dos trabalhos desta Casa, participando das votações. Quero render as nossas homenagens especiais ao Deputado Oswaldo Trevisan. O grande batalhador Oswaldo Trevisan que mereceu o nosso carinho e de todos os Parlamentares desta Casa. Pela sua maneira firme, espontânea, uma maneira alegre de participar em todas as atividades, desde as mais simples até as mais difíceis, as mais espinhosas e que temos, como compromisso, defendê-las, dentro do quadro que estamos vivendo. Quero agradecer, sinceramente - Oswaldo Trevisan, em nome de todos os nossos companheiros, pela grande contribuição que V. Exa. deu a esta Casa. Deu a nossa Bancada. Deu a esta Liderança a tranquilidade necessária no momento certo que precisávamos. Saiba que estaremos sempre contigo e V. Exa. estará sempre conosco aqui, nesta Casa.

A partir da próxima semana não estará conosco no dia-a-dia, mas tenha certeza que buscaremos o seu auxílio aonde quer que esteja, participando deste Governo que continua, na sua própria cidade. Estaremos sempre buscando as suas orientações e as suas atenções para conosco. Quero agradecer também ao Deputado Bona Turra - firme nas suas posições. Em determinados momen-

tos às vezes até discordando da nossa orientação, mas respeitando os princípios básicos que o trouxeram aqui e sempre nas questões decisivas esteve sempre trabalhando, lutando e eu mesmo cansei, inúmeras vezes, de passar a ele tarefas difíceis e que ele respondeu com muito brilhantismo.

Meu companheiro Turra, você foi fundamental para nós nesse período que esteve aqui, nesta Casa. E tenho certeza que voltará um dia. Voltará mais forte, mais firme ainda. Nos ajudando e ajudando este Estado que todos fazemos parte e que todos queremos bem. Independentemente de partido político, independentemente da sua própria ideologia, independentemente das suas classes, das suas categorias. O importante é o ideal firme naquilo que a gente almeja.

Muito obrigado Turra pelas suas intervenções nesta Casa, pela sua contribuição firme conosco, pela colaboração que deu a este Plenário, a este Parlamento.

Também o companheiro Eurides Moura e companheiro Nereu Moura que apesar do sobrenome não são parentes. Mas foram assíduos frequentadores desta Casa e colaboradores de todo dia, de toda hora que precisamos. Companheiros valorosos que realmente ajudaram a valorizar este Parlamento. E a eles a nossa gratidão, a gratidão da Liderança do PMDB, a gratidão dos nossos companheiros desta Casa.

E finalizando, Sr. Presidente, queremos pedir a Deus que nos mantenha sempre firme para que possamos, cada um dentro do seu caminho, da sua história e da sua vida, possamos levar este Paraná, a partir de agora na continuidade de um trabalho com o nosso grande vice-Governador Mário Pereira e tenho certeza absoluta será digno do cargo que ocupará e será o grande companheiro de todos os paranaenses desta caminhada até o dia 31 de dezembro. Haveremos de ver programas continuados do governo anterior. Haveremos de ver novas idéias que serão salutares para todo o Estado do Paraná.

Vamos continuar a nossa luta no dia-a-dia em nome da nossa população, em nome do nosso Estado e em nome dos nossos ideais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Findo o Horário das Lideranças passamos à Ordem do Dia. Antes porém esta Presidência anuncia a visita oficial a esta Assembléia Legislativa no dia de hoje, 30 de março às 14 horas no Salão Nobre, de S. Exa. o Governador de Alto Paraná - Província do Paraguai - Don Carlos Barreto Sarubbi, em comitiva representada por prefeitos e outras autoridades paraguaias.

Curitiba, quarta, em 30.03.94

Atendendo solicitação do Deputado Lourenço Fregonese registro a presença do Presidente do Clube Atlético Seletto - Sr. José Delfin.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Mensagem Governamental nº 027/94, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a participar, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da constituição de empresa para distribuição de gás canalizado. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 10/94, subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência na presente Sessão Plenária, em função de compromissos assumidos no Município de Ponta Grossa. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições da Ordem do Dia da presente Sessão. **Em votação.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - A votação desse requerimento não inviabiliza a votação do Requerimento da Deputada Emilia Belinati?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Cada Sessão é uma nova história.

A votação desse requerimento, evidentemente fará com que as votações sejam em bloco.

A Mesa suspende por dois minutos a Sessão para que as lideranças se entendam.

(Suspensa a Sessão).

(Reaberta a Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, atendendo a solicitação do Deputado Arlindo Troian registra a presença das seguintes Vereadoras em nosso Plenário: Maria Luiza Bender, de Nova Londrina, Sueli Fontana Lopes, de Santa Isabel do Ivaí, Malba Mazarino, de Santa Isabel do Ivaí, Jandira Fátima Luizão, de Loanda, Irene Moraes, de Assaí e Selma Asichald (?) de Hamlet. (???)

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, constantes do

expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Registramos a presença neste Plenário do Sr. Antônio Ricardo, Diretor Presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural, de Jardim Alegre, do Sr. Sebastião Monteiro dos Santos, Diretor Secretário e do Sr. Roberto Shilata, Gerente Geral.

Esta Presidência comunica, enquanto aguardamos os requerimentos, dos dois minutos já foram dez, que a Sessão no sábado, caso não haja nenhum contratempo ou modificações de última hora, será às dez horas da manhã quando será lida a carta-renúncia de S. Exa. o Governador Roberto Requião e logo a seguir, não havendo mudanças de última hora, a posse do novo Governador do Paraná, Mário Pereira, para o que estamos convocando todos os Srs. Deputados com assento na Assembléia Legislativa para esta Sessão de sábado, às dez horas da manhã.

Registramos também a presença entre nós do vice-Prefeito de Cândido de Abreu, José Maria Reis.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação das Proposições nºs 101, 102, 103, 106, 114, 117, 118/93 e 005, 007, 012/94, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 003/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria.

ITEM 22

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/94, de autoria da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que aprova o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E.M.A.. **Aprovado.**

Antes, ainda, de apreciarmos os vetos, chega à Mesa a Mensagem 027/94 que encaminhamos ao 1º Secretário, Lourenço Fregonese, para que seja lida e incluída no Expediente de hoje.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lourenço Fregonese) - (Lê Mensagem 027/94).
(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Senhores Deputados atenção para o esclarecimento da votação.

Tendo em vista requerimento aprovado por este Plenário, nesta 1.ª fase estaremos apreciando os itens nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 14 e 15, que serão apreciados numa única votação, aprovada que foi a apreciação em bloco desses vetos.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 073/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 370/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que institui normas para venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados, etc e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 081/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 312/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado para a Prefeitura Municipal de Santo Inácio. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 086/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 273/92, de autoria do Deputado João Iensen, que estabelece a inclusão nos currículos escolares dos cursos de 1º e 2º graus das redes públicas e particulares, a disciplina de Meio Ambiente. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 092/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 040/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização do ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 094/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 377/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que institui o Dia Estadual do Doador de Sangue, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 096/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 391/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 097/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 301/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que dispõe sobre a autorização para que o Poder Executivo do Estado, implante mini-penitenciárias regionais no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 08

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 098/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 543/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Miringuava, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 12

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 104/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 056/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que torna obrigatório o exame de vista no ato de matrícula de aluno na Rede Estadual de Ensino, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 14

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 107/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 275/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que institui a Carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 15

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 109/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 445/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especial de Atendimento às Pessoas de Terceira Idade. COM RELATÓRIO DA

C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Lembrando mais uma vez aos Senhores Deputados que forem favoráveis a manutenção dos vetos deverão se manifestar votando com a cédula Sim e os que forem contrários a manutenção do veto e conseqüentemente à aprovação dos projetos na forma original, deverão votar com a cédula Não.

SIM à favor do veto.

NÃO contra o veto.

O Senhor 1º Secretário fará a chamada dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lourenço Fregonese) - (Chamada Nominal)

Termina a votação nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência designa comissão constituída pelos Deputados Cleiton Kielse, Carlos Simões, Luiz Antonio Setti e Ovídio Constantino para a conferência dos votos.

A Mesa anuncia o resultado da votação: pela Rejeição do Veto, cédula Não, seis votos; pela manutenção dos Vetos, cédula Sim, vinte e oito votos. **Estão mantidos os Vetos e conseqüentemente rejeitados os projetos.**

Nesta segunda etapa, solicito a atenção dos Senhores Deputados, tendo em vista pedido de destaque aprovado pelo Plenário, estaremos apertando em bloco os seguintes projetos: ITEM 9, 10, 11, 13, 16, 17, 18, 19, 20 e 21.

Passaremos o restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 09

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 101/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 261/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Segurança, a instalar no Município de Paranaguá, uma Delegacia da Mulher. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 10

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 102/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 372/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher, no Município de Pirajó do Sul. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 11

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 103/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 378/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ivai-porã. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 13

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 106/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 209/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a determinar a criação e instalação de um Batalhão da Polícia Militar Feminina, na sede do Município de Campo Mourão. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 16

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 114/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 316/93, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, que autoriza a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Barbosa Ferraz. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 17

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 117/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 374/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pinhão - PR. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 118/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 375/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ortigueira - PR. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 19

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 005/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 592/93, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Castro - PR. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 20

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 007/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 591/93, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Bela Vista do Paraíso. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 21

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 012/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 319/93, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, que autoriza a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Jandaia do Sul. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Lembramos novamente aos Srs. Deputados que os que forem favoráveis a manutenção dos Vetos votarão com a cédula SIM e os contrários com a cédula NÃO.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Loureño Fregonese) -
Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Responderam a chamada nominal 34 Srs. Deputados. Designo uma Comissão composta pelos Deputados: Valderi Vilela, Eurides Moura e Oswaldo Trevisan para a contagem dos votos.

Quatorze votos - NÃO e vinte votos - SIM. **Estão mantidos os vetos e rejeitados os Projetos.**

Esta Presidência registra entre nós a presença do Prefeito de Nova Tebas, companheiro Nilo Klein e do companheiro Osni Chon, do PMDB de Pitanga.

Esta Presidência lembra mais uma vez aos Srs. Deputados que teremos Sessão no sábado às 10 horas da manhã caso não ocorreram mudanças de última hora.

Sobre a mesa, requerimento nº 560, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 561, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 562, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, com apoio do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 563, de autoria do Sr.

Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 564 e 565, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 567, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 568, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 569, 570 e 572, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 574 e 575, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 584 e 585, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 586, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 588, 589 e 590, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Peço para registrar o voto contrário do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está registrado.

Requerimento n° 591, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 594, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Com o voto contrário do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário da Bancada do PDT.

Requerimento n° 595, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 596, 597 e 600, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 603, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 604, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 606 a 611, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 545, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Em um acordo de liderança feita entre o Líder Ovídio Constantino e o Deputado Renato Adur, retiramos este Requerimento e o Deputado Renato Adur buscará obter essas informações, se não conseguir aí em um segundo momento reapresentaremos. Então, conforme esse acordo retiramos.

A segunda Questão de Ordem, Sr. Presidente, ontem foi encaminhado o Ofício 891/94 do Sr. Secretário Deputado Anibal Khury ao Exmo. Sr. Nizan Pereira Almeida convocando-o para uma Sessão hoje às 10:00 horas para dispor, de acordo com a Lei Federal n° 8.689/93 o estabelecido em seu Artigo 12. Consultamos V. Exa. se o Sr. Secretário confirmou a vinda ou negou, ou em que situação se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação a presença entre nós da Dra. Valéria Protmamam, Diretora da Biblioteca Pública do Paraná e da Dra. Sandra Ferrari Turra, Diretora do PROCON do Estado do Paraná.

A Presidência tem a informar, através daquilo que nos repassa a assessoria que, até o momento, o Dr. Nizan não confirmou a data de hoje para vir a Assembléia Legislativa.

Foi encaminhado pelo 1° Secretário, conforme estabelece o nosso Regimento, mas não houve a confirmação do mesmo para o dia de hoje.

Convido os Srs. Deputados, mais uma vez, para junto conosco prestigiarmos a reunião das Senhoras com mandato político e com participação política no Estado do Paraná que está acontecendo no Plenarinho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando os Srs. Deputados para a Sessão da leitura da carta-renúncia do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, e conseqüentemente, dando posse ao novo Governador Mário Pereira, a se realizar no dia 02 de abril, sábado, às 10:00 horas.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 099, 108, 110, 112, 113, 119, 121, 123, 124/93 e 010, 011, 014, 017, 019, 025/94.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 003/94.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 604, 743, 757/93 e 033, 039, 056/94 e do de Resolução n.º 001/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 30 DE MARÇO DE 1994.

"PORTA-RETRATO"

Jornal da Gazeta do Povo.

Guardou sempre a autenticidade, marca registrada de um político por vocação.

JOSE MARIA DE AZEVEDO

Dele se pode dizer um autêntico político. Político visceral e medular, desses que fazem do exercício cívico um "modus vivendi". Habitado a servir e vontade determinada, pelas mãos do velho cacique do Tibagi, Deputado Guataçara Borba Carneiro, ingressou, jovem ainda, no Partido Social Democrático, após a redemocratização do País.

Viveu a experiência das primeiras eleições gerais sob a Constituição Federal de 1946, ajustando-se às circunstâncias de um processo político em franco desenvolvimento democrático. Dinâmico, prestativo e ambicioso, condições prévias de uma carreira bem-sucedida, elegeu-se Vereador em 1955 à Câmara Municipal de Curitiba, onde marcaria posições bem definidas de coerência partidária e defesa dos interesses do povo. O Legislativo regurgitava de figuras emblemáticas: Erondy Silvério, Antenor Pâmphilo dos Santos, Irlan Cavet, Carlos Alberto Moro, Lélis Correia, Menotti Caprilhone, Aristides Simão, Elias Karam e outros valores humanos delineavam o perfil de uma Câmara Municipal atuante e representativa dos legítimos anseios populares.

Em 1959 ascendeu à presidência do Legislativo, cargo a que nenhum membro da bancada do Partido Social Democrático ocupara antes. Comandou os trabalhos com firmeza e inteligência, ponderação e responsabilidade. Do seu desempenho parlamentar duas virtudes sobressaíam: a total fidelidade ao partido e lealdade no cumprimento dos compromissos assumidos.

Com esses atributos reelegeu-se para mais duas legislaturas. Tornou-se líder da bancada pessedista e exerceu ainda a presidência da Comissão de Legislação e Jus-

tiça, de Orçamento e Finanças, na quais se destacou pela excelência dos pareceres e votos fundamentados adequadamente. Serviu ao Partido Social Democrático com inflexível disciplina.

Não transigiu, nem comprometeu os interesses da agremiação, mesmo nas horas de adversidade.

Das grandes causas que movimentaram a Câmara Municipal, o processo de cassação do vereador Rosalino Mazzioti encontrou-se na bancada sob a sua liderança a mais tenaz rejeição, por considerar a inviolabilidade do mandato e a violência à ordem instituída. Por outro lado, empenhou-se a fundo na questão do Mercado Público, cuja implantação encontrava resistência em alguns segmentos partidários avessos à idéia pioneira concebida pelo então prefeito Ney Braga. Outros projetos de relevância obtiveram êxito graças ao desprendimento de uma bancada coesa em torno das aspirações coletivas.

Quando o líder maior do partido, Moysés Lupion, sofreu as arremetidas à sua reputação pessoal, foi sob a inspiração da sua bancada que a Câmara Municipal outorgou ao governador e sua esposa Hermínia Lupion os títulos de cidadania honorária de Curitiba.

Em reconhecimento ao seu trabalho parlamentar, a imprensa elegeu-o sucessivamente entre os melhores daquele Poder. Durante o governo de Paulo Pimentel foi nomeado Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná, obrigando-o a abandonar a atividade eletiva.

Mas não se afastou da vida pública.

Após a revolução de 1964, a extinção dos partidos políticos e os novos rumos da nacionalidade, encontrou-se filiado à Aliança Renovadora Nacional, integrado ao grupo político do futuro governador Jayme Canet Júnior, por imposição de afinidades fraternas. Não se distanciou das raízes tradicionais, nem das afeições ao seu líder injustiçado, culto de respeito e estima que prestou permanentemente.

Nomeado diretor-superintendente do Instituto de Previdência do Estado, dinamizou todos os setores daquela instituição, implementando medidas de apoio ao funcionalismo. Ainda no Governo Canet Júnior ocupou o cargo de Secretário de Estado da Justiça, no qual aplicou melhoramentos modernizantes na Junta Comercial e no Sistema Penitenciário.

Exerceu outros cargos de relevo ao longo do seu itinerário político: Secretário de Estado da Agricultura, diretor da RADIPAR, diretor do BANESTADO, etc., com eficiência e devoção. Guardou sempre a autenticidade, marca registrada de um político por vocação, hoje desfrutando merecida aposentadoria. (T.V.)

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 033/94

exonerar, a pedido, nos termos do art. 124, inciso I, da Lei nº 6174/70, PAULA GREIFFO COUTINHO, matrícula nº 004, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a partir de 31 de janeiro do corrente ano.

(Prot. nº 603)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 03.02.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 052/94

conceder aposentadoria, a pedido, a MARIA LEONILDA ROCHA ZANETTI, matrícula nº 427, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual; art. 140, incisos I e III da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à Simbologia 2-F; cinco (05) triênios de acordo com o art. 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o art. 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de CR\$ 49.389,14 (Quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove cruzeiros reais e quatorze centavos), e perfazendo o total anual de CR\$ 592.669,68 (Quinhentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e nove cruzeiros reais e sessenta e oito centavos).

(Prot. nº 12.654)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 053/94

I - exonerar, a pedido, EROS AMARAL FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, ANTÔNIO HENRIQUE VERNILO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de março de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 054/94

I - exonerar, a pedido, THEREZA CRISTINA FATUCH, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 1994;

II - Prover, EDMOND FATUCH FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 055/94

I - exonerar, a pedido, ADELAR SANTIN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, MICHELEN CANTELMO RAMOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de março de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 056/94

I - exonerar, a pedido, SÔNIA DE FÁTIMA PEREIRA DE CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Djalma de Almeida César, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, ANTÔNIO QUEIROZ FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Djalma de Almeida César, a partir de 1º de março de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 057/94

I - exonerar, a pedido, ELAINE MARIA CORRÊA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, MARIA APARECIDA CORRÊA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1º de março de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 058/94

I - exonerar, a pedido, MARIA IZABEL TRINDADE FRANINI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, WAGNER DE CARVALHO PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 447)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 059/94

I - exonerar, a pedido, JACIRA MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, JACIRA MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1º de março de 1994;

III - prover, CÉSAR AUGUSTO CUBIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 1592)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.03.94

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 060/94

I - exonerar, a pedido, JUAREZ CARDINAL, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, PAULO CARDINAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 1638)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 061/94

I - exonerar a pedido, EVANDRO JOECI BORGES, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, EVANDRO JOECI BORGES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 1994;

III - prover, AURIMAR HOFF, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 1994.

(Protoc. nº 1638)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.03.94

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 062/94

I - exonerar, a pedido, IZOLDA MOZER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, CLAYTON LUIZ TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 1799).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.03.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 063/94

I - exonerar, a pedido, BENNO KARL LUDEWIG, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, BENNO KARL LUDEWIG, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de março de 1994;

III - prover, ANTÔNIO DE ABREU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G,

do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de março de 1994;

IV - exonerar, a pedido, IDELMA MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de março de 1994;

V - prover, IDELMA MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de março de 1994;

VI - prover, EDGAR SILVA BONILLA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de março de 1994;

VII - exonerar, a pedido, ANTENOR ROCHA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de março de 1994;

VIII - prover, ANTENOR ROCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de março de 1994;

XI - prover, ANTÔNIO ROBERTO BONJORNO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Namir Piacentini, a partir de 1º de março de 1994;

(Prot. nº 1857).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 064/94

I - exonerar, a pedido, PATRÍCIA LETÍCIA UBA, do cargo em Comissão símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, MARIA JOSÉ DOS REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1994;

(Prot. nº 1897).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.03.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 065/94

I - exonerar, a pedido, EFRAIM RODRIGUES GONÇALVES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de março de 1994;

II - exonerar, a pedido, GERALDO FERREIRA DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de março de 1994;

III - prover, JOSÉ FELIPE ALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de março de 1994;

(Prot. nº 1971).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 066/94

I - exonerar, a pedido, WALDOMIRO NADOLNY, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1994;

II - exonerar, a pedido, ELIAS TADEU OLIVEIRA SANTETTI, do cargo em Comissão,

símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1994;

III - prover, ELIAS TADEU OLIVEIRA SANTETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 1994;

(Prot. nº 1974).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 067/94

I - exonerar, a pedido, MICHELEN CANTELMO RAMOS, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, CRISTIANE BEATRINS VALACHINSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 1975).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.03.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 068/94

I - exonerar, a pedido, CLOTILDE LOUREIRO VERONEZE, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, WOLNY CRISTINA FRIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de março de 1994;

III - autorizar WOLNY CRISTINA FRIAS, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de março de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2007).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 069/94

I - exonerar, a pedido, ACIR CESAR MATIOLI PAOLINI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, ACIR CESAR MATIOLI PAOLINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 1994;

III - prover, JOÃO CHEMIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 2009).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 070/94

I - exonerar, a pedido, LINDACI MARIANO DUARTE DE AZEVEDO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de março de

1994.

II - prover, ARY GRANDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de março de 1994;

III - prover, CEZAR LUIZ CORSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 2050).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 071/94

I - exonerar, a pedido, ELVIRA DRESSENO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, WILMA CECÍLIA DIB ORIGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 2052).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 072/94

I - exonerar, a pedido, CONSTANTINO JOSÉ MARCO UBA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, ELVIRA DRESSENO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 2053).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 073/94

I - exonerar, a pedido, DONALDO PRIMO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, DONALDO PRIMO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de março de 1994;

III - prover, REGINA MARA CAMACHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 2054).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 074/94

I - exonerar, a pedido, ANGELLO AUGUSTO ROMÃO MANFRINATO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 1º de março de 1994;

II - prover, ANGELLO AUGUSTO ROMÃO MANFRINATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 1º de março de

III - prover, NEIDE DE NADAI DE ORNELAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 2062).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 075/94

I - exonerar, a pedido, RITA DE CÁSSIA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de março de 1994;

II - exonerar, a pedido, TANI LEMOS DO PRADO COLAÇO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de março de 1994.

III - prover, TANI LEMOS DO PRADO COLAÇO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de março de 1994;

IV - autorizar TANI LEMOS DO PRADO COLAÇO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de março de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, RITA DE CÁSSIA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de março de 1994;

VI - prover, MAURÍCIO MARTINS DO PRADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de março de 1994;

VII - prover, EMÍLIA GRUSKA ULTECHAK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 2063).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.03.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 076/94

I - exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS DE CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valderi Vilela, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

II - prover, ADELINA SAIDES ZIEMER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valderi Vilela, a partir de 1º de fevereiro de 1994;

III - exonerar, a pedido, JOSÉ MÁRIO EIRAS HENRIQUES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valderi Vilela, a partir de 1º de março de

1994;

IV - exonerar, a pedido, ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valderi Vilela, a partir de 1º de março de 1994;

V - exonerar, a pedido, FERNANDO RICARDO SANTIN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valderi Vilela, a partir de 1º de março de 1994;

VI - prover, FERNANDO RICARDO SANTIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Valderi Vilela, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 2178).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 077/94

I - exonerar, a pedido, ABRÃO JOSÉ MELHEM JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 1994;

II - exonerar, a pedido, ALTAIR SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 1994;

III - prover, ALTAIR SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 2194).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.03.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/94

I - exonerar, a pedido, JOÃO BATISTA DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1994;

II - exonerar, a pedido, AURÉLIO GODINHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1994;

III - exonerar, a pedido, AMÉRICA PENIDO UBINGE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1994;

IV - prover, ZULEICA DOS SANTOS NEWTON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 1994.

(Prot. nº 2275).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.03.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079/94

Art. 1º - Fixar, a partir de 1º de março de 1994, em URV, os valores dos ven-

cimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, bem como as pensões pagas por este Poder, conforme tabelas em anexo;

Art. 2º - O limite a ser pago a qualquer título aos servidores desta Assembléia, não poderá ultrapassar a remuneração de Secretário de Estado, acrescido de trinta e cinco por cento (35%);

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1994, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.03.94.

ANEXO I

TABELA DA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO
Em URV

SÍMBOLO	VENC. BÁSICO	TIDE	GRAT. REPRES.	GAB.
DAS-1:	317,37	317,37	483,63	
DAS-2:	280,11	280,11	425,16	
DAS-3:	261,06	261,06	396,24	
DAS-4:	223,23	223,23	338,82	
DAS-5:	204,16	204,16	309,88	

1-C	131,75	131,75	77,43
3-C	112,32	112,32	66,01
4-C	103,75	103,75	60,97
6-C	91,67	91,67	52,04

1-G:	256,48
2-G:	512,97
3-G:	769,46

TABELA DA REMUNERAÇÃO: EFETIVOS E INATIVOS
Em URV

01-	236,14	02-	240,84	03-	250,31
04-	264,47	05-	221,97	06-	226,41
07-	234,25	08-	248,68	09-	207,80
10-	211,96	11-	220,27	12-	248,42
13-	161,62	14-	164,86	15-	171,32
16-	181,02	17-	100,32	18-	102,02
19-	106,02	20-	112,03	21-	95,02
22-	97,08	23-	100,72	24-	106,42
25-	90,27	26-	92,07	27-	95,69
28-	101,10	29-	85,76	30-	87,47
31-	90,90	32-	96,05	33-	81,47
34-	83,10	35-	86,35	36-	91,24
37-	77,91	38-	78,94	39-	82,04
40-	86,71	41-	77,91	42-	77,91
43-	77,91	44-	77,91	PR-	470,25
CT-	456,14				

TABELA DA REMUNERAÇÃO: REGIME ÚNICO E C.L.T.
Em URV

01-	102,00	02-	102,00	03-	105,00
04-	111,00	05-	115,00	06-	119,50
07-	128,50	08-	137,00	09-	142,50
10-	147,00	11-	154,00	12-	163,00
13-	176,00	14-	189,00	15-	196,00
16-	222,00	17-	260,00	E1-	182,50

E2-	190,50	E3-	198,50	E4-	209,50
E5-	214,00	E6-	222,00	E7-	246,00
E8-	269,50				

TABELA DE REMUNERAÇÃO: FEPPA
Em URV

01-	1.017,33	02-	979,54	03-	813,86
04-	712,13	05-	678,22	06-	610,40
07-	606,16	08-	572,25	09-	512,90
10-	508,66	11-	487,47	12-	453,56
13-	419,65	14-	406,93		

VIÚVA DE EX-DEPUTADOS 238,40 URV
SALÁRIO FAMÍLIA 0,75 URV
PRODUTIVIDADE 5,69 URV

TABELA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO
Em URV

RO-	1,73	R1-	1,95	R2-	2,39	R3-	2,84	R4-	3,69
-----	------	-----	------	-----	------	-----	------	-----	------

TABELA DE FUNÇÃO GRATIFICADA
Em URV

0F-	24,00	1F-	8,00	2F-	6,79	3F-	5,99
4F-	4,81	5F-	4,39	6F-	3,59	7F-	2,79

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 080/94

conceder pagamento de gratificação de risco de vida ou saúde ao servidor JOSE ANTÔNIO MAINGUE, matrícula nº 368, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B" - NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestando serviços como Médico na Coordenadoria de Serviço Médico Odontológica da Casa, no valor de um terço (1/3) de seu vencimento básico, nos termos do art. 34, inciso XV da Constituição Estadual; art. 172, inciso V, da Lei nº 6174/70; e Art. 2º, inciso I, letra "b" do Decreto nº 14.177/64.

(Prot. nº 13.577).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 081/94

conceder aposentadoria, a pedido, a ZILDETE TEIXEIRA, matrícula nº 331, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual; art. 140, incisos I e III da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos da gratificação inerente à Simbologia 4-F; cinco (05) triênios de acordo com o art. 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com a Lei nº 6174/70, em seu art. 170, parágrafo único, calculados em conformidade com a Proposição nº 7894/91, do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais, de acordo com o art. 171 e parágrafo 1º da Lei número 6.174/70; e, art. 37, inciso

XIV, da Constituição Federal; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais de 297,50 (duzentos e noventa e sete vírgula cinquenta) URVs e anualmente o total de 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta) URVs.

(Prot. nº 979/94).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 082/94

conceder aposentadoria, a pedido, a ELOI MEZZADRI, matrícula nº 365, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A" - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, nos termos do art.35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual; art.140, inciso III, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes à Simbologia DAS-3; acrescidos de gratificação de representação, regulamentada pelo Decreto nº

4.640/89; cinco (05) triênios de acordo com o art.4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios, de acordo com a Lei nº 6.174/70, em seu art.170, parágrafo Único, calculados em conformidade com a Proposição nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais, de acordo com o art.171 e parágrafo 1º, da Lei nº 6.174/70; e art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art.1º, da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo art.6º, da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de 1.114,17 (hum mil cento e quatorze vírgula dezessete) URVs, perfazendo o total anual de 13.370,04 (treze mil trezentos e setenta vírgula quatro) URVs.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.03.94

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO - 2º Secretário